

Sobre a terra e sobre o mar



**ALFREDO PINHEIRO
MARQUES**

Dir. do Cent. de Estudos do Mar

ASomália, mais ainda do que outras carnificinas e catástrofes sociais pelo mundo fora, dá-nos muitas (más) lições. Ensina-nos o que tem sido, ao longo dos séculos, a recorrente e infundável (re)criação do feudalismo, através da desconstrução

(interna ou externa) de um Estado e consequente instalação no seu território (em terra e no mar) de uma anarquia feudal.

Na verdade, a destruição de qualquer país ou sociedade, sobretudo se for por intervenção de estrangeiros, semeando a anarquia feudal com todos os seus horrores, é crime sem perdão.

Sobre a terra é mau, sobre o mar não o será menos.

A Somália (um dos países com mais mar para defender e menos meios para o conseguir!) dá-nos, no séc. XXI, a sinistra lição do que acontece a um país quando não é capaz de manter em funcionamento uma Marinha com meios materiais, técnicos e humanos (aéreos, de superfície e submari-

nos) suficientes e operacionais, em qualidade e quantidade, para defender as suas águas territoriais e zona económica exclusiva das ameaças que sempre espreitam: pesca selvagem e ilegal, roubo dos recursos naturais locais, poluição e lavagem de tanques, depósito submarino de resíduos industriais perigosos e de resíduos nucleares

A lição da Somália deve ser tida em conta num país europeu marítimo mas pobre, infelizmente sempre incapaz de sair da sua pobreza como Portugal. Um país de subdesenvolvimento estrutural ao longo dos séculos e insustentabilidade económica, social e política nas últimas décadas: ausência de criação de riqueza e rein-

vestimento produtivo, dissipação do dinheiro público em festas políticas, comemorações históricas, peregrinações e superstições medievais, fados fatalistas, futebóis e outras liturgias típicas do subdesenvolvimento.

Um país que, ainda por cima, ao mesmo tempo que foi diminuindo a sua efectiva presença no mar (quer mercante, quer de pesca, quer militar e de defesa), foi aumentando o ritualismo público e a retórica bizantina das comemorações dos “Descobrimentos” com todos os mitos infantis e mentiras políticas do infante Dom Henrique, de pano preto na cabeça (o “Infante”, meio inglês, que os protectores ingleses, no séc. XIX, baptizaram com o cognome de “o

Navegador” ao mesmo tempo que ficaram para si com as “jóias da Coroa” Brasil, Índia, África e construíram o seu império colonial através da espoliação dos protegidos).

Tal como no séc. XIX e no séc. XX não foi possível a Portugal, geopoliticamente, manter tantos e tão grandes espaços ultramarinos sem ter força efectiva para os ocupar, e simplesmente tentando legitimar essa manutenção com a história do infante Dom Henrique, também no séc XXI este país, tão marítimo, mas tão pobre, vai ter muita dificuldade para conseguir legitimar e manter (se não conseguir atempadamente ocupar e defender) os seus imensos espaços de mar no Atlântico Norte.